A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS EM SALAS DE AULA NA ESCOLA COMUM

JESSÉ GRILANDA BRITO

RESUMO

Por meio desse artigo procura-se abordar reflexões pertinentes ao tema da inclusão dos estudantes surdos em sala de aula. Vivemos em uma sociedade orientada para o som. Grandes quantidades de informações são transmitidas deliberada e acidentalmente por meio de interações com outras pessoas. Por meio dessas interações, as crianças refinam suas habilidades de comunicação, desenvolvem a linguagem, adquirem informações sobre o mundo (ou seja, conhecimentos básicos e de domínio), aprendem conceitos, se alfabetizam, desenvolvem habilidades sociais e participam das atividades diárias da vida. Uma perda auditiva de qualquer grau ou tipo pode afetar a quantidade e também a qualidade das interações com outras pessoas, o que, por sua vez, pode afetar adversamente o desenvolvimento linguístico, acadêmico, social, emocional e profissional.

Palavras-Chave: Interações; Linguagem; Sociedade

ABSTRACT

This article seeks to address reflections pertinent to the theme of inclusion of deaf students in the classroom. We live in a sound-oriented society. Large amounts of information are transmitted deliberately and accidentally through interactions with other people. Through these interactions, children refine their communication skills, develop language, acquire information about the world (that is, basic and domain knowledge), learn concepts, become literate, develop social skills and participate in daily life activities. A hearing loss of any degree or type can affect the quantity and also the quality of the interactions with other people, which, in turn, can adversely affect the linguistic, academic, social, emotional and professional development.

Key words: Interactions; Language; Society

INTRODUÇÃO

Por ser a surdez uma deficiência de baixa incidência, não há um entendimento amplo de suas implicações educacionais, mesmo entre educadores especiais. Essa falta de conhecimento e habilidades em nosso sistema educacional contribui para os desafios já substanciais que os alunos surdos enfrentam no recebimento de serviços educacionais adequados.

Uma perda auditiva de qualquer tipo ou grau pode afetar o desenvolvimento e o funcionamento de várias maneiras.

A colocação educacional para alunos surdos ou com deficiência auditiva é uma decisão importante. Inclusão, isto é, colocação dentro da sala de aula de educação geral com colegas em desenvolvimento típico, é uma colocação cada vez mais preferida para alunos. Os defensores da inclusão promovem os benefícios sociais e acadêmicos que incluem a promoção da aceitação de diversos alunos e o apoio à educação de todos os alunos.

Para que a educação inclusiva seja bem-sucedida, vários fatores devem estar presentes. Os administradores da escola devem apoiar a inclusão. Os professores de educação geral, que são os principais responsáveis pela educação de todos os alunos.

Em muitos casos, crianças surdas com inteligência, normalmente podem aprender em uma sala de aula típica - desde que tenham os suportes apropriados no local. Existem vários tipos de suporte que podem ajudar a garantir o sucesso acadêmico de uma criança surda.

A ESCOLA E SEU PAPEL

Sabe-se que a escola desempenha um papel importante na formação da criança, uma vez que colabora para que o mesmo possa futuramente ter o direito de praticar o exercício da cidadania e se ver em pé de igualdade com outros indivíduos a fim de participar de situações para mudar a realidade em que vive.

O que preocupa os profissionais da educação é quanto às crianças que apresentam deficiência auditiva, isso porque elas se deparam com muitos problemas, desde suas dificuldades próprias da deficiência que apresentam, até situações de aceitação e inclusão por conta de sua perda auditiva. O que alguns não entendem é que quando se fala em inclusão, não há como falar simplesmente em prestar um atendimento àquela pessoa portadora, mas sim para o conjunto, todos aqueles que estiverem envolvidos no contexto, presentes na sala de aula, adequando um ao outro, de maneira que se respeitem mutuamente, que mudem suas atitudes com aquele que em partes, é diferente. “Na verdade, no Brasil a criança surda ainda precisa aprender a saltar o riacho de um lado para o outro sem suporte de

uma ponte. Já que primeiramente é alfabetizada na língua portuguesa sem ao menos ter sido alfabetizada na linguagem de sinais" (QUADROS, 2006, p.30).

É evidente que essa inserção, essa mudança de hábitos de todos os alunos, com o aluno com deficiência, não seja uma tarefa fácil, com certeza será exigido toda uma adequação da sociedade com a escola, sendo necessário que se coordene algo entre os profissionais envolvidos, os pais, os alunos e a comunidade. Necessariamente, precisa ter condições de o profissional lidar com esse ponto, é importantíssimo que haja uma preocupação quanto a sua qualificação.

O estudo relacionado à educação voltado a educandos portadores de necessidades especiais auditivas remete a inúmeros questionamentos, possibilidades e limites, a quebra de paradigmas em diversos posicionamentos da sociedade, para as pessoas com necessidades especiais seja ela auditiva ou não.

Segundo Poker (2001) a escola regular deve proporcionar aos educandos com necessidades especiais auditivas, a escolarização ainda que seja no contra turno escolar favorecendo assim o aprendizado na Língua Portuguesa, e ampliando o ensino em LIBRAS.

Atividades pedagógicas voltadas para educandos surdos na escola regular devem ser trabalhadas em um local no qual se torne bilíngue, em outras palavras, em um espaço físico que seja como fontes principais: Língua Portuguesa e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais usando como base para primeira e língua segunda língua.

A LIBRAS como assim é chamada a língua brasileira de sinais, é a língua utilizada pelos surdos estabelecerem uma comunicação entre si e com as outras pessoas de seu meio. "Os surdos brasileiros usam a língua de sinais brasileira, uma língua visual-espacial que apresenta todas as propriedades específicas das línguas humanas". QUADROS (2006, p. 13). É um formato de conversação que engloba gestos, certas articulações com o único fim de propagarem sua linguagem. "A língua de sinais por repousar numa comunicação gestual, sua disposição se dá no espaço, sendo vista como um processamento de informações espacial". QUADROS (1997, p.46).

A linguagem oral utiliza-se do canal auditivo para estabelecer a comunicação entre os seres, já à língua de sinais diferentemente da primeira, realiza-se por meio da visão, gestos, coordenação e pelo uso do espaço.

O surdo desenvolveu dentro do seu mundo, formas para comunicar-se com as demais pessoas, sendo estritamente importante que haja o respeito pelo seu modo de falar e suas formas de se expressar, havendo consideração a essas regras básicas, é bem provável que ocorra a alfabetização do aluno surdo de forma mais adequada.

AS LÍNGUAS DE SINAIS

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, consequentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter. As línguas no contexto da educação de surdos específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, por exemplo, produtividade ilimitada (no sentido de que permitem a produção de um número ilimitado de novas mensagens sobre um número ilimitado de novos temas); criatividade (no sentido de serem independentes de estímulo); multiplicidade de funções (função comunicativa, social e cognitiva – no sentido de expressarem o pensamento); arbitrariedade da ligação entre significante e significado, e entre signo e referente), caráter necessário dessa ligação; e articulação desses elementos em dois planos – o do conteúdo e o da expressão. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

(QUADROS e KARNOPP, 2004apud QUADROS, 2006, p.16).

O emprego da linguagem de sinais dentro do âmbito escolar é uma forma de levar o conhecimento para todos os alunos, fazendo-os se integrarem entre si.

A língua de sinais é uma língua espacial-visual e existem muitas formas criativas de explorá-la. Configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos do corpo, espaço de sinalização e classificadores são alguns dos recursos discursivos que tal língua oferece para serem explorados durante o desenvolvimento da criança surda e que devem ser explorados para um processo de alfabetização com êxito. (QUADROS,2006, p.26).

Pode-se dizer que em matéria de inclusão muitos são os métodos que podem ser utilizados com a totalidade dos alunos, propiciando um laço, um vínculo, a integração entre todos. Acredita-se que a aula é um excelente momento para se demonstrar e explorar outras formas de aprendizagens valorando as expressões faciais e corporais. "Garantir o uso da língua de sinais no contexto escolar parece primordial para que haja reconhecimento da surdez, pois é por intermédio da linguagem que significamos o

mundo e consequentemente nos significamos" (GESUELI, 2006, p.9).

A língua brasileira de sinais tem muito a acrescer no desenvolvimento dos alunos, cabendo ao professor ter consciência de como pode explorar isso em sala de aula com os alunos em sua totalidade. Além disso, ela garante ao aluno surdo uma maneira mais célere e natural de demonstrar suas emoções, seus anseios e precisões, bem como exerce certa influência em sua vida social e ainda no incremento de sua linguagem.

Para que o professor tenha condições de lidar com pessoas surdas, é necessário que tenha qualificação e habilitação para isso. É importante que seja observado a maneira como deixa o curso de formação, seu grau de preparo, para depois levar à diante a inclusão em sua turma de alunos surdos. É importante também que haja um bom relacionamento entre professor e o intérprete, favorecendo assim a inclusão do aluno.

Conforme Mantoan (2006): "Quando se analisa de forma generalizada a educação, em relação à inclusão, o que se observa é a falta de profissionais com habilidades para lidar com o atendimento de alunos que precisam de um acompanhamento individualizado".

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Acredita-se que havendo uma melhor qualificação do profissional envolvido com a educação, é possível vislumbrar que sejam acolhidas as questões referentes à inclusão nas escolas, sendo de suma importância que o aluno surdo encontre dentro do âmbito escolar sua integração com os demais. Para Stainback (1999, p.

25): "Os aspectos da escola nesse período de grandes alterações sociais têm sofrido mudanças, por conta disso, os professores necessitam de se transformarem para que tenham como trabalharem com os alunos surdos".

Atualmente a qualificação do professor da rede pública, tem sido bem destacada nos cursos de graduação, justamente pela grande quantidade de alunos com necessidades diferenciadas. É de suma importância que haja uma atenção especial quanto ao preparo dos profissionais ligados à educação, para que ao receber esses alunos, não incorram com a problemática da exclusão. "Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática"(MENDES, 2004, p. 227).

Pela Resolução nº 2, de 11/09/2001 do Conselho Nacional de Educação, fica instituído:

Art. 8º - As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I – Professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.

O certo é que os formandos do magistério e pedagogia tenham uma formação mais generalizada, comum a todos, e somente aqueles que desejam seguir com um atendimento especial, sejam qualificados em cursos de especialização e pósgraduação para estarem aptos para lidarem com as deficiências que visam atender.

Um professor intérprete dentro do âmbito da sala de aula consegue ter discernimento daquilo que foi instruído, além de saber motivar a criança surda a praticar a linguagem de sinais desde cedo, permanecendo em seu íntimo, no seu intelecto, desenvolvendo sua parte cognitiva e psicológica dando-lhe condições futuras de se estruturar como homem.

O tradutor intérprete da linguagem de sinais surgiu da prestação de serviços voluntários, que pouco a pouco passou a ser mais apreciado como forma de profissão, por conta das múltiplas conquistas adquiridas pela comunidade surda. Para alguns a atuação da comunidade surda em movimentos sociais, ocasionou a busca por qualificação de tradutores e intérpretes, sem deixar de ressaltar que o fato da linguagem de sinais terem sido consideradas uma língua oficial, fez com que muitas instituições procurassem por profissionais intérpretes.

Esse intérprete tem a função de transformar determinadas palavras de uma língua em outro tipo de linguagem, e muito embora aparente for de fácil compreensão, essa transformação necessita de muita desenvoltura linguística, um bom desenvolvimento cognitivo e técnico. Ao intérprete cabe também a função de atuar diante de integração de pessoas ouvintes com pessoas surdas.

O tradutor e intérprete é o profissional que domina a língua de sinais e também a língua falada, sendo qualificado para o desempenho e função de interpretar, devendo dominar tanto a língua de sinais quanto a língua portuguesa.

Em 2010 o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei nº 12.319, que regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, bem como, em seu artigo 2º das competências que lhe cabiam em relação às interpretações da língua portuguesa e de sinais de forma simultânea.

Para atuar nessa profissão é imprescindível obter qualificação peculiar, ou seja, ter propriedade nos processos, nas táticas e nos métodos de tradução e interpretação. É preciso que este profissional auxilie o professor no âmbito escolar.

A função deste profissional é tão somente interpretar o que está sendo falado, colocando em prática as sinalizações específicas condizentes com o assunto que está sendo mencionado, sem alterar os dizeres, sendo imparcial, enfim exercendo com profissionalismo sua função sendo fiel ao interpretar os dados sem desviar-se do conteúdo. A profissão de intérprete é muito bem quista, mas infelizmente há uma minoria qualificada para atender a demanda existente.

Para Quadros (2004, p. 60):

Observando a real situação do Brasil no ensino, o que se tem é uma situação impraticável, visto que não há como atender às reivindicações legais que definem o ingresso e a permanência do aluno surdo na escola analisando suas diferenças sem que exista dentro do âmbito escolar o intérprete da língua de sinais. Devido a esse problema, torna-se indispensável o investimento na qualificação do intérprete da língua de sinais para atender no meio escolar.

A parceria entre professor e intérprete é simplesmente imprescindível na sala de aula, uma vez que caberá ao professor transmitir seus conhecimentos aos alunos ouvintes e ao intérprete divulgar em tempo real a mesma explicação por meio dos sinais aos alunos com surdez.

É preciso que a educação inclusiva seja pauta nas propostas pedagógicas das escolas, que se volte maior atenção para esse público diferenciado, afinal somente com adoção de certas medidas, certas ações torna-se possível alterar o quadro de exclusão tão repetitivo no âmbito escolar.

A preocupação pedagógica deve voltar-se para o quesito exclusão, procurando alterar essa situação, se importando em criar ambientes mistos, que determinem uma aprendizagem que envolva todos os alunos sem distinção.

No Brasil, existem centenas de leis que esclarecem quanto à recusa de matrículas de pessoas deficientes, que necessitam ser inclusas no contexto escolar, mas a realidade existente apresenta-se de outra forma, em um cenário totalmente adverso, com um palco despreparado, muitas vezes por culpa do próprio professor sem qualificação e preparo necessário, outras por conta de outros profissionais ligados à área da educação.

Nesse palco de um lado atuam os alunos com deficiência que reclamam seguidas vezes das escolas que insistem em deixarem exclusos, por não terem acessibilidade, não apresentarem metodologias condizentes com suas necessidades.

A realidade que se nota é inteiramente antagônica, mesmo diante de uma infinidade de leis e decretos que ponderam sobre a entrada de alunos com deficiência auditiva nas escolas, concedendo-lhes o direito a frequentarem salas de aulas regulares, o que se vislumbra são leis que embora favoreçam os deficientes, dificilmente são seguidas nas escolas regulares. Um fato muito comum que se nota é a presença de dois cenários, em um deles a presença rara de algumas escolas voltadas para a comunidade surda de educação é bilíngue, já em outro palco a escola regular, que recebe tanto alunos ouvintes, quanto surdos, que deveria seguir o mesmo padrão e ser coerente em relação à outra escola bilíngue, porém isso não é uma assertiva, não é a regra.

A questão do acesso à língua de sinais é iminente na recepção educacional à criança surda. Qualquer atuação pedagógica deve atender sua condição linguística e apresentar a Libras (língua brasileira de sinais) como forma de ingresso. No entanto, isso não é lembrado em muitas das experiências escolares em salas de aula onde alguns professores lecionam apenas com parte de domínio das Libras (LEBEDEFF, 2010, pg.177).

Muitos pontos são elencados nas leis, inclusive sobre a linguagem brasileira de sinais, acredita-se que devido a isso, o aluno surdo é tido como especial, afinal as escolas ainda em muitos locais, encontram-se desprovidas, sem qualquer condição, sem ferramentas e carentes de professores aptos a exercerem a função demandada. "Um aluno ainda é visto como especial porque o sistema de ensino, as aulas ministradas, não consegue atender suas precisões e necessidades" (MITTLER, 2003, p. 32).

A ESCOLA E AS PREOCUPAÇÕES NO ATENDIMENTO ESPECIAL

É importantíssimo que a escola esteja atenta as preocupações, as peculiaridades, os problemas e as resistências exibidas por seus alunos no dia-adia, no âmbito escolar e também no transcorrer do processo de aprendizagem. Que seja um local aberto, afável, pronto e aparelhado para acolher às distinções de cada aluno, lembrando sempre que para se ter, uma educação escolar inclusiva, não pode deixar de lado o educando, que use de métodos, recursos didáticos e aparelhamentos especiais que permitam a correção e a ampliação da fala e da lin-

guagem, para ocorrer à inclusão de forma plena, proporcionando a integração entre a educação especial com o método educacional vigorante, garantindo a formação de cidadãos mais conscienciosos e participativos.

Educar crianças com necessidades especiais ao lado de outras crianças em escolas comuns é admirável, não apenas com intuito de fornecer oportunidades de socialização e de modificar o pensamento estereotipado das pessoas sobre as restrições, mas também para ensinar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos necessários para a vida futura dentro e fora da escola. (MENDES, 2004, p.228).

Para que a escola realmente colabore com a inclusão de alunos com surdez, é preciso que haja certas adaptações e mudanças. Que se busquem novas metodologias, tecnologias e formas de relacionar alunos surdos e ouvintes, alunos surdos e seus educadores, ou seja, que seja possível haver a comunicação entre todos sem distinção. Somente permitindo essa troca, esse convívio entre todos, poder-se-á dizer que a escola realmente está caminhando para o lado da inclusão.

Inclusão é algo que vai muito além do ingresso de alunos diferenciados no âmbito escolar; pode-se dizer que é estar disposto a propiciar atividades pedagógicas onde todos os alunos sem exceção participem se envolvam não como um grupo idêntico, mas sim como pessoas com suas próprias biografias e concepções particulares, com suas características que os tornam exclusivos. Em meio a isso, dentre muitas especialidades que existem, está à figura do surdo, que desenvolveu no decorrer de sua vida, táticas a de inquietação e de demonstração, que levou até o mundo, constituindo o que se denominou como cultura surda. (DORZIAT, 2007, p. 1).

Ainda, sobre relacionado inclusão a Secretaria da Educação Especial (2004, p. 09): ”A construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didáticopedagógico”.

É importante que o aluno surdo não seja puramente jogado na sala de aula, é preciso que seja incluso no contexto, e para que isso ocorra, a escola tem que ter condições de recebê-lo, caso contrário, não há como se falar em inclusão. É preciso que se conheçam as especialidades desse aluno, suas reais necessidades, seus potenciais, que haja o desenvolvimento de um trabalho que vise seu crescimento e sua aprendizagem, que não se anseie por um mero copista, mas por alguém capacitado, que consiga entender aquilo que está sendo ensinados, com condições equivalentes aos demais alunos em aprendizagens.

Segundo Skliar (1998, p.37):

Não se pode confundir democracia com tratamento igualitário, justamente porque se um surdo é tratado da mesma forma que um aluno ouvinte, ele estará em situação de desvantagem, visto que não conseguirá absorver os conhecimentos que lhe forem passados. Com relação à democracia, já existe uma preocupação com as particularidades de cada um dos alunos, seus ritmos durante o aprendizado e suas precisões particulares.

Muitas escolas atualmente têm buscado oportunidades para os alunos com surdez, é claro que essa não é via de regra, mas já é possível ver em muitas salas de aula, a presença diária de um intérprete e em outras um bilíngue com um único fim, dar igualdade de condições de aprendizado para todos os alunos, sem distinção, sem qualquer mudança, no mesmo tempo, todos juntos.

Quando se fala em ter um professor bilíngue dentro da sala de aula, não se dá privilégios para o aluno surdo, mas lhe é concedido o direito de aprender em igualdade de condições com o aluno ouvinte. Essa sugestão mantém as especificadas que são próprias dos surdos, que é o falar em “Bilinguismo”, já que se utiliza de duas línguas cotidianamente o português e a língua brasileira de sinais

(LIBRAS). “O professor bilíngue é aquele que possui fluência em Libras que ampliará a instrução do ensino da língua portuguesa escrita tendo como apoio as técnicas de ensino de segunda língua”. (FERNANDES, 2012, p. 105).

A educação bilíngue busca dar a criança surda, o mesmo direito que a criança ouvinte tem em relação ao seu desenvolvimento cognitivo, garantindo que tenha condições de se desenvolver de forma harmoniosa com os outros colegas de sala de aula. Do ponto de vista bilíngue a pessoa surda é observada como alguém diferente, não como um ser portador de deficiência, mas alguém que em virtude de certa dificuldade auditiva não consegue assimilar os conteúdos que lhe são passados, não tem condições de desenvolver todo seu potencial, justamente porque não teve seus direi-

tos linguísticos acatados.

A importância dada pelo governo e as melhorias obtidas pela comunidade surda ao longo dos anos, o que se percebe é que a inclusão do aluno surdo infelizmente ainda não tem sido de todo satisfatória.

O que se nota é que em algumas escolas existe muita preocupação com esse aluno ao oferecer métodos que realmente contribuam com sua inclusão, que adotam práticas colaborativas com seu crescimento, que atende suas precisões, mas ainda não se pode dizer que em pé de igualdade com o aluno ouvinte. É possível observar que certas escolas não se preocupam com a adequação, que fazem uso de metodologias que se distanciam e muito do imaginado para o aluno surdo.

Não há professores qualificados, tão pouco se usa a língua brasileira de sinais, porque ela ainda nem se encontra dentro do conteúdo programático da escola regular. A inclusão em algumas vezes é advinda por meios processuais, outras simplesmente para cumprir um requisito, mas o que se espera realmente não são esqueletos bem edificados, com belas portas, rampas de acesso e janelas, mas que uma porta verdadeiramente se abra e se preocupe com a inclusão e o desenvolvimento cognitivo do aluno com surdez.

Nas escolas regulares não se pode afirmar que existe uma amostra do que realmente seria o ideal, nem existe a possibilidade de se indicar um modelo de escola regular que verdadeiramente seja o espelho para as outras escolas em relação à inclusão.

O que pode se afirmar, é que para haver a inclusão deste aluno, é preciso que haja adoção de certas práticas, que existam profissionais qualificados para trabalharem com a Língua Brasileira de Sinais, sejam eles intérpretes ou professores bilíngues, que deem ao aluno surdo à mesma possibilidade de crescimento que é dada ao ouvinte. Além disso, é necessário que a escola adote um material didático apropriado, que busque por mudanças, reveja seus conceitos, procedimentos, e dê prioridade às necessidades dos alunos em suas especificidades.

A tecnologia realmente é a grande porta para o aprendizado do surdo, deveria ser adotada em todas as escolas sem exceção, não apenas em certos modelos, mas em sua totalidade, obedecendo a um programa, dando um direcionamento em seu uso, mas a realidade se mostra às avessas do que se encontra, não é um padrão, nem via de regra, muitas vezes encontra-se num papel, datada e assinada, em outras o professor não tem domínio, é relutante em aprender e qualificar-se, porque julga essa ferramenta dispensável e indiferente, haja vista que em sua época a teoria já era o bastante, que não existia essa tal tecnologia, que aprendeu da mesma forma.

Ao professor cabem aproveitar certas portas que a tecnologia abre, e que facilita a vida e a comunicação do aluno com surdez, ser criativo e pensar lá na frente. Desde que direcione os trabalhos, até as redes sociais podem ser uma excelente oportunidade, afinal elas são excelentes colaboradoras dos surdos no que diz respeito à comunicação, inclusão e interação, além de mostrar aos demais alunos ouvintes que não há qualquer diferença entre eles e o aluno surdo, apenas a necessidade de se encontrar um caminho para terem como se comunicar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da audição muitas vezes é subestimada até não estar mais disponível e, para alunos que viveram toda a vida com perda auditiva, a educação pode ser um desafio. Os professores devem se adaptar a cada classe de alunos, e trabalhar com alunos surdos ou com deficiência auditiva requer algumas modificações nos métodos tradicionais de ensino.

A falta ou perda de audição pode afetar o progresso de aprendizagem de uma criança, principalmente na compreensão e produção da linguagem falada. Embora muitas teorias tenham surgido ao longo dos anos sobre qual abordagem é mais eficaz, os especialistas

concordam que o método de ensino deve estar de acordo com as capacidades, necessidades e personalidade de cada aluno.

Existem muitas oportunidades para treinamento e certificação em educação de surdos, e a responsabilidade do educador é estar preparado para as necessidades individuais de seus alunos. Para professores de alunos com perda auditiva, os ajustes corretos no ambiente da sala de aula, juntamente com métodos de ensino avançados, podem significar a diferença entre o sucesso e o fracasso de um aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Pensar a diferença: Deficiência. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, 1994.

AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Paralelo, 2002.

BADDLEY, A.; ANDERSON, M. C.; EYSENCK. M. W. Memória. Porto Alegre:

Artmed, 2011.

BARTALOTTI, Celina Camargo. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: Utopia ou possibilidade? Editora PAULUS. 2ª edição. SP, 2010. Pg. 8, 9, 11, 23 até 31.

BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996.

_____ . MEC. Secretaria de Educação Especial: Direito à educação: orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP. 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

COULON, A. Etnometodologia e educação. In: FORQUIN, J. C. (Org.). Sociologia da educação: dez anos de pesquisas. Petrópolis: Vozes, 1995.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DORZIAT, Ana. Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?

(2007). Disponível in:http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/02/a8.htm. Acesso em:

13 Fev 2021.

FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. Curitiba: Editora IBPEX, 2012.

FERREIRO, E; TEBEROSKY A. A psicogênese da língua escrita. Porto Alegre:

Artes Médicas, 1979.

FIGUEIRA, Emílio. Educação Inclusiva. Editora Brasiliense. São Paulo, 2011. Pg.

10, 11, 12, 13,14, 15,18, 19.

GESUELI, Zilda Maria. Lingua (gem) e identidade: A surdez em questão. Educ.

Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 277-292, jan/abr, 2006.

GUERRA, Alexandre; MORETTO, Amilton; FONSECA, Ana; CAMPOS, André; FREITAS, Estanislau de; SILVA, Ronnie; RIBEIRO, Thiago. Organizadores: POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. Atlas da Exclusão Social no Brasil. 2ª edição. Editora Cortez. São Paulo, 2003. Pg. 09, 73, 74, 75, 76.

LEBEDEFF, T. B. Aprendendo "a ler" com outros olhos: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. Cadernos de Educação (UFPel), v. 36, p. 175-196, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar.

Summus editorial. 4ª edição. SP, 2006 Pg. 16, 17, 36, 37, 39, 40, 41

MENDES, E. G. Construindo um "lócus" de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de.Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EDUScar, pp.221-230, 2004.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva. Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

POKER, Rosimar Bortolini. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta educacional. UNESP, 2001.363P. Tese de Doutorado.

17

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller, SHIMIEDT, Magali L.P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. de Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.

_____, Ronice Müller de. Temas em educação especial. São Paulo: EDUScar, 2004.

_____, Ronice Müller de. Ideias para ensinar português para alunos surdos/ Ronice Muller Quadros, Magali L. P.Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação 1998.

STAINBACK, Susan Willian. Inclusão, um guia para Educadores. Porto Alegre:

Artmed, 1999.